



BOLETIM

ENCCLA 2018

Estratégia Nacional de Combate à
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 54 – setembro de 2018



O mês de setembro marca o encerramento das atividades dos Grupos de Trabalho constituídos para o desenvolvimento das Ações de 2018, em linha com o mandato conferido pela XV Reunião Plenária da ENCCLA, ocorrida em novembro de 2017.

Uma vez entregues os relatórios finais das Ações, seus resultados serão examinados no Grupo de Gestão Integrada (GGI) e na XVI Reunião Plenária, para aprovação.

Quem acompanhou as atividades dos Grupos de Trabalho reconhece o elevado nível das discussões e a elaboração de produtos que muito contribuirão para o enfrentamento da corrupção e da lavagem de dinheiro no País, nas diversas linhas de atuação da Estratégia Nacional – produção e divulgação de conhecimento; capacitação de agentes públicos; elaboração de sistemas e compartilhamento de dados; estruturação de órgãos; elaboração de propostas de atos normativos.

Em paralelo, já está sendo planejada a ENCCLA 2019, com colheita de propostas de Ações feitas não apenas por seus membros, mas também por instituições da sociedade civil. A XVI Reunião Plenária da ENCCLA será realizada em Foz do Iguaçu, no Paraná, entre 19 e 23 de novembro. Na ocasião, como de praxe, serão examinados os resultados das Ações do ano em curso e desenhadas as Ações a serem desenvolvidas no ano seguinte.

Conheça as Ações Enccla 2018

Ação 1

Elaborar e aprovar Plano Nacional de Combate à Corrupção.

Proponente: MPF

Coordenador: DRCI

Coordenadores-Adjuntos: AGU e MPF

Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, ATRICON, BB, BCB, BNDES, CAIXA, Casa Civil/PR, Casa Civil/RS, CEP/PR, CGA/SP, CGA/SP, CGE/MG, CGM/Guarulhos, CGM/SP, CGU, CNMP, COAF, CONACI, CONCPC, CVM, FEBRABAN, GNCOC, MD, MDIC, MP/DFT, MP/GO, MP/MA, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MP/SP, MPM, MPT, PF, PG/DF, PGE/BA, PGE/RS, PGFN, PREVIC, REDE, RFB, SECONT/ES, SEGOV/PR, SENASP, SPREV/MF, SUSEP, TCU, TSE.

Ação 2

Propor aprimoramento na gestão de bens apreendidos no processo penal e nas ações de improbidade administrativa.

Proponente: AGU

Coordenadores: AGU e AJUFE

Colaboradores: ADPF, ANAPE, ANPR, CGE/MG, CGM/SP, CJF, CNMP, CONACI, DRCI, GNCOC, INSS, MP/DFT, MP/MA, MP/PR, MP/SP, MPF, PC/RS, PF, PGFN, PGM/SP, REDE, RFB, SENAD, SENASP, SPREV/MF, TCU.

Convidado: CNJ

Ação 3

Elaborar diagnóstico e propor medidas visando fortalecer o combate às fraudes nos contratos de gestão da saúde pública.

Proponente: MPT

Coordenador: MPT

Colaboradores: AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ATRICON, CGA/SP, CG/DF, CGE/MG, CGM/SP, CGU, COAF, CONACI, GNCOC, MPC/RS, MP/DFT, MP/PB, MP/MS, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MP/SP, MPF, PF, PGE/BA, PGE/RS, REDE, RFB, SEGES/MP, TCU.

Ação 4

Criar instrumentos para dar publicidade às notas fiscais emitidas para órgãos e entidades de todos os poderes na administração pública em todos os entes da federação.

Proponente: TCU

Coordenador: TCU

Coordenador-Adjunto: CGU

Colaboradores: AGU, AJUFE, AMPCON, ATRICON, CADE, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CONACI, MD, MP/DFT, MP/MA, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MPF, MPM, PF, REDE, RFB, SEGES/MP, TSE.

Ação 5

Elaborar propostas de medidas voltadas ao combate à corrupção privada.

Proponente: IBRADEMP - Instituto Brasileiro de Direito Empresarial

Coordenação: MPF

Coordenador-Adjunto: CNMP

Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, BCB, BNDES, CADE, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CJF, CONACI, CVM, DREI/SEMPE, FEBRABAN, GNCOC, MDIC, MP/DFT, MP/GO, MP/PR, MPT, PF, PGFN, PG/DF, REDE, PREVIC, SUSEP.

Ação 6

Consolidar a estratégia para fortalecer a Prevenção Primária da Corrupção.

Proponentes: CNMP e CGU

Coordenadores: CNMP e CGU

Coordenador-Adjunto: SEGOV/PR

Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, ATRICON, BB, BCB, BNDES, Caixa, Casa Civil/PR, Casa Civil/RS, CEP/PR, CG/DF, CGE/MG, CGM/SP, COAF, CONACI, CVM, DRCI, FEBRABAN, GNCOC, INSS, MD, MDIC, MP/DFT, MP/GO, MP/MA, MP/PR, MP/PI, MP/RN, MP/SC, MPF, MPM, MPT, PF, PGE/BA, PREVIC, REDE, RFB, SEGES/MP, SENASP, TCU, TSE.

Ação 7

Implementar medidas de restrição e controle do uso de dinheiro em espécie.

Proponente: COAF

Coordenador: COAF

Colaboradores: ABIN, AGU, AJUFE, BB, BCB, BNDES, CAIXA, CGU, DREI/SEMPE, FEBRABAN, GNCOC, MP/DFT, MP/MA, MP/MS, MPF, PF, PGFN, RFB, SENASP, SUSEP, TSE.

Ação 8

Aprofundar os estudos sobre a utilização de moedas virtuais para fins de lavagem de dinheiro e eventualmente apresentar propostas para regulamentação ou adequações legislativas.

Proponentes: RFB, MPF, PGFN e COAF

Coordenador: RFB

Colaboradores: ABIN, AGU, AJUFE, ANAPE, BB, BCB, BNDES, Casa Civil/PR, CAIXA, CGU, CJF, COAF, CVM, FEBRABAN, GNCOC, MP/DFT, MP/MS, MP/RJ, MP/SP, MP/SC, MPF, MRE, PC/RS, PC/SP, PF, PGFN, PREVIC, RFB, SENASP, SUSEP, TSE.

Convidado: Câmara dos Deputados

Ação 9

Preparar os sistemas de extração de dados estruturados para a geração de dados estatísticos para a Avaliação Nacional de Risco (ANR) e para as avaliações de organismos internacionais.

Proponente: BCB e MPF

Coordenadores: BCB e MPF

Colaboradores: AGU, AJUFE, BB, CADE, Casa Civil/PR, CG/DF, CGU, CJF, CNMP, COAF, CONCPC, CVM, GNCOC, MP/DFT, MPM, MRE, PC/SP, PF, PREVIC, REDE-LAB, SENASP, SUSEP, TCU.

Convidado: CNJ

Ação 10

Fortalecer os marcos normativos da atuação da PREVIC e da SPREV no que se refere a entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e a Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Proponente: MPF

Coordenador: MPF

Coordenadores Adjuntos: PREVIC e SPREV

Colaboradores: AJUFE, ANPR, BB, BCB, CAIXA, Casa Civil/PR, CGU, COAF, CVM, MP/DFT, MP/MS, PF, PGE/BA, REDE, RFB, TCU.

Ação 11

Aperfeiçoar a atuação das Polícias Civis na investigação de crimes de lavagem de dinheiro.

Proponente: CONCP

Coordenador: CONCP

Coordenador-Adjunto: SENASP

Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, COAF, CONCP, MP/DFT, MP/MS, MP/PR, PC/RS, PC/SC, PC/SP, PF, REDE, REDE-LAB

Secretaria Executiva

CURTAS

Agenda de Reuniões e Eventos ENCCLA 2018

02/10/2018 – **Última reunião da Ação 8** - Coordenador: RFB. Colaboradores: ABIN, AGU, AJUFE, ANAPE, BB, BCB, BNDES, Casa Civil/PR, CAIXA, CGU, CJF, COAF, CVM, FEBRABAN, GNCOC, MP/DFT, MP/MS, MP/RJ, MP/SP, MP/SC, MPF, MRE, PC/RS, PC/SP, PF, PGFN, PREVIC, RFB, SENASP, SUSEP, TSE. Convidado: Câmara dos Deputados

02/10/2018 – **Última reunião da Ação 9** - Coordenadores: BCB e MPF. Colaboradores: AGU, AJUFE, BB, CADE, Casa Civil/PR, CG/DF, CGU, CJF, CNMP, COAF, CONCPC, CVM, GNCOC, MP/DFT, MPM, MRE, PC/SP, PF, PREVIC, REDE-LAB, SENASP, SUSEP, TCU. Convidado: CNJ

03/10/2018 – **Última reunião da Ação 1** – Coordenador: DRCl. Coordenadores-Adjuntos: AGU e MPF. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, ATRICON, BB, BCB, BNDES, CAIXA, Casa Civil/PR, Casa Civil/RS, CEP/PR, CGA/SP, CGA/SP, CGE/MG, CGM/Guarulhos, CGM/SP, CGU, CNMP, COAF, CONACI, CONCPC, CVM, FEBRABAN, GNCOC, MD, MDIC, MP/DFT, MP/GO, MP/MA, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MP/SP, MPM, MPT, PF, PG/DF, PGE/BA, PGE/RS, PGFN, PREVIC, REDE, RFB, SECONT/ES, SEGOV/PR, SENASP, SPREV/MF, SUSEP, TCU, TSE.

10/10/2018 – **2ª reunião dos Grupos de Trabalho** de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (GT LD) e de Combate à Corrupção (GT CC) – planejamento da ENCCLA 2019. Membros do GGI: ABIN, AGU, BCB, CADE, CJF, CNJ, CNMP, COAF, CVM, MJ, CGU, MP, MPF, PF, PGFN, PREVIC, RFB, SPREV/MF, SUSEP, TCU.

25/10/2018 – **4ª reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI)** – resultados de 2018 e planejamento para 2019. Membros do GGI: ABIN, AGU, BCB, CADE, CJF, CNJ, CNMP, COAF, CVM, MJ, CGU, MP, MPF, PF, PGFN, PREVIC, RFB, SPREV/MF, SUSEP, TCU.

Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os integrantes da Enccla.

Contato: comunica.enccla@mj.gov.br

MATÉRIAS

IV Encontro Nacional da Rede de Controle apresenta cases de atuação



Publicado em 28 de Setembro de 2018.

O IV Encontro Nacional da Rede de Controle da Gestão Pública reuniu representantes de 17 Estados, durante os dias 27 e 28 de setembro, no auditório do Tribunal de Contas do Estado, quando foram discutidos temas relacionados ao combate à corrupção e ao controle social das políticas públicas.

Durante o segundo dia do Encontro, a Coordenadora-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira, apresentou o trabalho realizado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) desde sua criação, em 2003. A Enccla trabalha em três eixos: prevenção, detecção e punição e tem como linhas de atuação a capacitação, estruturação de órgãos e elaboração de propostas. Dra. Sílvia destacou a importância do encontro e aproximação entre as Redes e com a própria Enccla.

Ainda na parte da manhã, estados como Piauí, Santa Catarina, Maranhão, Santa Catarina, Paraíba, Sergipe, Maranhão e Rio Grande do Sul apresentaram *cases* de atuação das respectivas Redes. A Rede do Piauí expôs o trabalho de controle orgânico existente no Estado, citando que em 26 meses foram 23 operações realizadas de combate à corrupção, exemplificando com a Operação Itaorna, no mês de setembro, que investiga fraude em licitações envolvendo secretarias estaduais e uma empresa construtora. A Rede de Santa Catarina apresentou o programa “Unindo Forças”, que objetiva o fortalecimento e resgate dos órgãos de controladoria do Estado e, atualmente, oferece um banco de boas práticas com a interação de ações entre Ministério Público e Controladoria. Mais detalhes do programa podem ser acessados no endereço www.mpsc.mp.br/programas/unindo-forcas.

A Rede de Sergipe trouxe a atuação na área da saúde, em questões oncológicas. O serviço oncológico era falho no tripé: radioterapia, quimioterapia e cirurgia oncológica. Após a incidência da Rede, apenas a cirurgia ainda passa por dificuldades, sendo que os serviços de radioterapia e de quimioterapia foram regularizados. A Rede do Rio Grande do Sul mostrou os Grupos de Trabalho da Atuação Conjunta, que diz respeito à judicialização

da saúde; e da Transparência. Na área da Saúde foram citados os números como o gasto em judicialização de R\$ 380 milhões em 2017; na compra administrativa o valor fica em R\$ 172 milhões. São mais de 20 mil ações judiciais de saúde no último ano. O Grupo verifica indícios de fraudes e aprofunda investigações analisando dados das ações judiciais. O GT Transparência tem a estratégia voltada para orientar as gestões municipais a corrigir e melhorar as informações da transparência nos sites dos Executivos e Legislativos municipais, inclusive com a orientação oficializada em notas técnicas dirigidas aos gestores.

Ao final da manhã, na reunião plenária, foi criado um grupo com 27 representantes das Redes, um de cada Estado, para reunir sugestões e elaborar o Regimento Interno da Rede Nacional, até a segunda quinzena de outubro.

Fonte: <http://rededecontrole.rs.gov.br/2018/09/28/iv-encontro-nacional-da-rede-de-controle-apresenta-cases-de-atuacao/>

Fest Rádio: Alunos de Comunicação são premiados por campanhas de combate à corrupção



Publicado em 27 de Setembro de 2018, às 17:29.

Foram premiados nesta quinta-feira, 27 de setembro, os alunos vencedores do Fest Rádio, concurso de criação de campanha publicitária voltado a estudantes de Comunicação do UniCeub, da Universidade Católica de Brasília e do Iesb. Os alunos foram desafiados a criar campanhas que abordassem, como produtos de necessidade básica e ferramentas de combate à corrupção, a honestidade, a integridade e a cidadania participativa. A iniciativa é da rádio Transamérica em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Receberam certificados 12 alunos das três faculdades participantes. Fábio Farina e Marcus Vinícius Souza, estudantes do Iesb, fizeram a campanha vencedora, escolhida por uma comissão julgadora formada por integrantes do MPDFT, da rádio Transamérica, do CNMP e do mercado publicitário. As peças criadas serão veiculadas nas 72 emissoras da rádio Transamérica e seus autores terão direito a estágio remunerado em agência de publicidade. Os demais participantes, cujos trabalhos ficaram em segundo e terceiro lugar, também obterão estágios, inclusive em agências de publicidade.

Durante a premiação, o procurador-geral de Justiça, Leonardo Bessa, ressaltou a importância do concurso. “É uma honra muito grande para o MPDFT contribuir para uma iniciativa tão importante que visa ao combate da corrupção, um dos maiores males do Brasil”, afirmou.

Fábio explicou que sua campanha teve como tema “Chega de jeitinho, mude o Brasil”. “A ideia foi unir combate e prevenção à corrupção. Estamos cansados de desonestidade e de que as pessoas tentem levar vantagem em tudo. Gostaria de agradecer a oportunidade de conseguir mostrar nosso trabalho”, disse.

Para o professor do IESB Antônio Carlos Mariz Júnior, o concurso teve um alto engajamento dos alunos: “Foi uma chance de colocá-los na vitrine do mercado de trabalho antes mesmo de estarem formados, e uma oportunidade para eles serem reconhecidos, saindo da faculdade com a segurança de estarem fazendo um bom trabalho”.

Na ocasião, a promotora de Justiça Luciana Asper, que também integra a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), afirmou que tudo que pode e deve ser feito para que as pessoas vivam com integridade. “A mensagem contra a corrupção precisa ser levada às faculdades, para despertar a consciência dos estudantes. Essa mensagem deve ser no sentido de dizer que somos brasileiros, e somos espertos porque somos honestos”, comentou. O diretor comercial da Transamérica, Marcus Vinícius Heusi complementou: O Brasil precisa mostrar sua postura. Veicularemos a campanha para promover a consciência da necessidade de mudança do brasileiro em relação à corrupção.

Durante o prazo de envio das peças publicitárias, a promotora percorreu as faculdades participantes para conversar com os alunos sobre o programa “Cidadão contra a corrupção”, do MPDFT. A iniciativa tem como objetivo principal conscientizar a sociedade sobre corrupção, respeito às leis e fiscalização do poder público.

Seminário discute ações de recuperação de ativos de origem ilícita

Evento acontece em Assunção (Paraguai) e conta com a participação de representantes de países europeus e latino-americanos



Brasília, 26/09/18 - Acontece de hoje até o dia 28, em Assunção (Paraguai), o Seminário Regional sobre Apreensão, Gestão e Destinação de Bens de origem ilícita, organizado pelo Programa de Cooperação contra o Crime Organizado Transacional (El Pacto). O evento tem como objetivo abordar questões sobre a recuperação de ativos de origem ilícita como, por exemplo, a identificação e localização de bens, medidas cautelares de indisponibilização, gestão dos bens apreendidos e recuperação - internamente nos países e no exterior. Estarão presentes representantes de países europeus e latino-americanos. O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ) será representado pelo Coordenador de Projetos Institucionais, Frederico Fernandes Moesch.

Moesch explica que os temas a serem discutidos na ocasião estão diretamente relacionados às importantes atribuições do DRCI, seja como Autoridade Central para Cooperação Jurídica Internacional ou como Secretaria Executiva da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), mecanismo de articulação interinstitucional criado em 2003 que agrega órgãos e entidades dos três Poderes da República e de diversas unidades da federação.

“A Enccla tem analisado, em diversas ações anuais, o problema da gestão de bens apreendidos em processos penais e em ações de improbidade administrativa, propondo possíveis soluções. Nesse sentido, a Estratégia criou o Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA), elaborou o Anteprojeto de Lei para definir órgão público responsável pela gestão de ativos apreendidos e participou do Projeto Bidal Brasil”, informou Moesch.

Em 2018, a Ação 2 da Enccla - que tem por objetivo propor aprimoramento na gestão de bens apreendidos no processo penal e nas ações de improbidade administrativa, vem trabalhando constantemente sobre essas questões com a realização de diagnóstico da utilização do SNBA e com proposta para otimizar a alienação antecipada de veículos.

Fonte: <http://www.iustica.gov.br/news/collective-nitf-content-1537967681.82>

XVI Reunião Plenária Anual da ENCCLA acontecerá em Foz do Iguaçu

Em 2018 a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção completou 15 anos



Brasília, 25/9/2018 - A XVI Reunião Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), acontece em Foz do Iguaçu, no Paraná, entre os dias 19 a 23 de novembro.

O evento terá participação de autoridades de cerca de noventa órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e dos Ministérios Públicos, além de representantes da sociedade civil.

Os grupos de trabalho irão se reunir, entre os dias 20 a 22, para realizar discussões técnicas das propostas de ações para 2019, as quais serão formalizadas durante a reunião de encerramento, que será realizada no dia 22/11, às 18h, com a presença do Ministro da Justiça, Torquato Jardim, e demais autoridades.

Este ano, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção - ENCCLA completou 15 anos, demonstrando a força e a importância da articulação institucional no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Para os trabalhos ao longo do ano de 2018, foram indicados 544 representantes de diversas instituições para participar dos grupos de trabalhos das 11 Ações aprovadas na XV Reunião Plenária, realizada em novembro de 2017, na Paraíba.

Dentre as ações de 2018, a Ação 01/2018 buscou elaborar um Plano Nacional de Combate à Corrupção, sob a coordenação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI e com a coordenação adjunta da Advocacia-Geral da União - AGU e Ministério Público Federal - MPF. A ação mobilizou eventos públicos nas 5 regiões do País com o intuito de receber propostas que foram analisadas para serem utilizadas como base para a construção do Plano Nacional que será apresentado durante a Reunião Plenária de novembro.

Fonte: <http://www.iustica.gov.br/news/collective-nitf-content-1537888925.09>

Secretaria Executiva da ENCCLA participa de Seminário sobre desafios para controle da corrupção

A oficina teve como tema a ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.



Brasília, 17/9/2018 – A Coordenadora-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça, Sílvia Amélia de Oliveira, participou, na última quinta-feira (13/9), do I Seminário Internacional Gestão do Estado e Políticas Públicas: desafios para o controle da corrupção, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Público e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo.

A oficina teve como tema a ENCCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, que está em seu 15º ano de funcionamento. A Estratégia reúne atores de diversos segmentos do poder público e, desde 2015, conta, também, com a colaboração da sociedade civil. Os trabalhos realizados nas Ações ao longo de todos esses anos têm sido fundamentais para o avanço do estado brasileiro na luta contra a corrupção.

O evento contou também com a participação e apoio do COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, importante membro da ENCCCLA, representado por seu Presidente, Antônio Carlos Ferreira de Sousa, bem como do FOCCO-SP – Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Estado de São Paulo, criado a partir da boa experiência da ENCCCLA, representado pelo Controlador Geral do Município de São Paulo e Secretário Executivo do mecanismo, Gustavo Gonçalves Ungaro.

Durante a apresentação, a Coordenadora-Geral de Articulação Institucional, Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira, ressaltou a importância da aproximação com a Academia na busca de aperfeiçoamento no combate à corrupção e informou estar aberto chamamento público para apresentação, por organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas, de propostas de novas Ações para a ENCCCLA 2019, por meio do link: <http://enccla.camara.leg.br/noticias/plano-nacional-de-combate-a-corrupcao-acao-01-2018-1>

Para delegado, repatriação de ativos é dificultada pelo sistema Judiciário

Segundo Luiz Godoy, “valor de repatriação da Lava Jato é fictício” e só foi possível por causa de delações premiadas



Crédito: Pixabay

Jota – São Paulo
Alexandre Leoratti
14/09/2018 às 14:14

Para o delegado da Polícia Federal (PF) e diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça (DRCI/MJ), Luiz Godoy, a cifra relativa à repatriação de ativos na operação Lava Jato é “fictício”. Segundo ele, a quantia recuperada só foi possível por causa do instrumento da delação premiada, e não por meio do próprio sistema Judiciário.

A conclusão foi realizada no Seminário Internacional Gestão do Estado e Políticas Públicas: Desafios para o Controle da Corrupção, que acontece de 11 a 14 de setembro, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo.

“Há um grande problema com a recuperação de ativos. Temos bilhões de reais repatriados, mas este é um valor fruto das delações premiadas. Claro que temos que enaltecer esse instituto que propiciou a recuperação do dinheiro público”, afirmou o delegado.

Apesar da possibilidade de recuperação de uma grande quantia de dinheiro por meio das delações, Godoy criticou que a repatriação poderia ser maior. Isso esbarra, na sua ótica, na lentidão do Judiciário, que prejudica o trabalho dos órgãos de atuação no processo.

“Por outro lado, temos um sistema Judiciário extremamente moroso que dificulta essa repatriação de valores. Perdemos diversos ativos frutos de prescrição e devido à demora de uma ação para ser julgada”, explicou Godoy.

O delegado acrescentou que as dificuldades geradas pelo sistema Judiciário também minam o processo de afirmação das instituições brasileiras para estar “totalmente capacitadas” na repatriação de todos os valores perdidos devido a casos de corrupção e lavagem de dinheiro.

Ele considera que o caminho para uma repatriação mais efetiva ainda é “árduo”, principalmente por causa da “instabilidade do próprio Supremo Tribunal Federal em executar a decisão condenatória em segunda instância”. “A insegurança jurídica dificulta o trabalho da repatriação”, afirmou o delegado.

Godoy explica que a cooperação internacional com outros órgãos é um dos caminhos mais efetivos para desarticular e descapitalizar organizações criminosas. “Tentamos hoje um trabalho com Ministério Público Federal (MPF) de mostrar para outros órgãos que já estamos prontos para a cooperação”, diz o delegado.

Segundo o delegado, houve evolução a partir da interação entre diversos órgãos como o caso da polícia, Ministério Público, órgãos de controle, entre outros.

Mas, apesar dessa maior interação entre os órgãos responsáveis, Godoy explicou que a barreira tecnológica ainda é um problema. “No Brasil, a criminalidade cresce de uma forma assombrosa e se utiliza de todas as brechas legais. Também há a brecha tecnológica, que muitas vezes a polícia e o Ministério Público não conseguem acompanhar”, diz o delegado.

ENCCLA

No evento, a delegada da PF e coordenadora-geral de articulação institucional do Departamento de Recuperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira, apresentou o trabalho e a atuação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), uma rede de articulação e discussão com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para a elaboração de políticas públicas para o combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

De acordo com Sílvia, as políticas elaboradas pela ENCCLA já foram responsáveis pela recuperação de R\$ 44 bilhões em 10 anos. A ENCCLA reúne membros do Ministério Público, tribunais de contas, Controladoria Geral da União, Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público de Contas, Polícia Federal, entre outros órgãos para a elaboração de ações.

Os valores recuperados nos últimos anos, segundo a delegada da Polícia Federal, foram resultados de ações como a elaboração de leis, referindo-se às leis 12.683/12 (Lei da Lavagem de Dinheiro), 12.850/13 (Lei das Organizações Criminosas) e 12.813/13 (Lei dos Conflitos de Interesse).

Além dos projetos de lei elaborados, Silvia explicou que a ENCCLA também auxilia nos pedidos de cooperação jurídica internacional, além de ajudar no processo de bloqueio de contas no exterior, recuperação de obras de artes e materiais paleontológicos e em outros casos mais inusitados, como aconteceu na recuperação de filhotes de jibóia que foram retirados do Brasil de forma ilegal.

“A ENCCLA não executa os planos, e sim estabelece ações que serão executadas. Ela é um nascedouro de ideias e políticas que serão realizadas por cada um dos membros ou dos órgãos presentes”, explicou a delegada.

O evento conta com o apoio institucional da COAF, do ENCCLA, do FOCCOSP, do Wilson Center, da OAB, do Ministério Público de São Paulo, do Consulado do Canadá, do CNPQ, da Sophia University, da Università Roma Tre, da Università degli Studi di Salerno, da L’Università degli Studi “Gabriele d’Annunzio” e de diversas outras instituições.

Fonte: <https://www.iota.info/justica/delegado-repatriacao-ativos-judiciario-14092018>

MJ participa de encontro sobre Combate à Corrupção e a Convenção da OCDE

Evento lançou o relatório *Exporting Corruption* 2018.



Brasília, 13/9/18 - Nesta quarta-feira (12) o Ministério da Justiça participou do lançamento do relatório *Exporting Corruption* 2018, que tem como objetivo analisar como 44 países vêm implementando a Convenção da OCDE contra o Suborno Transnacional. O evento foi realizado pela Transparência Internacional na Escola de Direito do Rio de Janeiro, da Fundação Getúlio Vargas.

A Convenção da OCDE contra o Suborno Transnacional é um importante instrumento que visa combater os atos de corrupção na esfera do comércio internacional, bem como adotar ações que assegurem a cooperação entre os países signatários.

A Diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), da Secretaria Nacional de Justiça, Camila Colares, foi convidada para participar de uma mesa de discussão sobre cooperação jurídica internacional e seu papel na luta contra a corrupção.

A diretora do DRCI esclareceu que a corrupção é uma das maiores ameaças ao desenvolvimento político e econômico dos Estados. Além de afetar, de modo geral, o desenvolvimento econômico, a corrupção também acarreta danos às empresas que valorizam práticas justas em suas transações comerciais.

O encontro tratou, ainda, da importância da cooperação jurídica internacional no combate à corrupção transnacional, dada a própria natureza deste crime.

Fonte: <http://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1536847288.92>

“Formar cidadãos íntegros e participativos é o caminho para gerar instituições públicas responsáveis e eficientes”, defende promotora em Congresso do MP



Publicado em 13/9/18, às 18h29.

“Eu acredito nisso: só teremos instituições probas, eficientes, responsáveis e capazes de atender bem a sociedade se tivermos cidadãos íntegros e participativos. Precisamos combater a corrupção na origem, mudando a cultura da falta de freios morais que se instalou no país”. A ideia foi defendida pela promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Luciana Asper, durante palestra realizada no 9º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público nesta quinta-feira, 13/9.

Segundo a promotora, uma pesquisa de opinião da Fundação Getúlio Vargas, realizada em agosto deste ano, mostrou que o principal fator responsável pela angústia do brasileiro é a corrupção, apontado por 62,3% dos entrevistados. “De 2015 pra cá, o maior problema para a população deixou de ser segurança pública, saúde ou educação e passou a ser corrupção. As pessoas já compreendem que esse é o problema-mãe de todos os outros”, afirmou. “Não é possível assegurar os direitos fundamentais sem combater a corrupção. Entender isso é fundamental”, complementou.

Para a palestrante, o enfrentamento à corrupção passa pelos freios jurídicos, de governança e também morais e sociais. “Muitas pesquisas mostram que o brasileiro se rendeu à cultura do ser esperto e se moldou ao ecossistema da corrupção porque ele acha que não vale a pena pagar o preço da honestidade nesse ecossistema”, explicou. “E são essas pessoas que estarão à frente da gestão pública”.

Luciana Asper apresentou ainda um dado que surpreendeu a plateia: 71,6% dos brasileiros, se pudessem, sairiam do país, segundo pesquisa realizada recentemente pela FGV. “Quantas pessoas hoje, desiludidas, dizem que não vão votar? Não podemos lavar as mãos para a nossa nação. A desesperança tira das pessoas a autorresponsabilidade, o que dificulta o controle social”.

Fazendo uma analogia com o cuidado à prática da medicina, a promotora disse que é mais fácil prevenir que tratar os pacientes no ambulatório ou na UTI. “Precisamos vacinar a população para resolver a corrupção na origem, antes que ela aconteça, porque essa é forma mais eficiente de combater o problema”.

Nesse contexto, Luciana Asper citou projetos desenvolvidos por meio do Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção, desenvolvido pela Ação 6 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que reúne diversas instituições públicas. Entre as iniciativas estão a Campanha Todos Juntos Contra a Corrupção, lançada em 2017, que abriu um chamamento para reunir e compartilhar iniciativas bem-sucedidas de combate ao problema. “Se formarmos cidadãos íntegros, responsáveis, teremos instituições probas e serviços públicos melhores”, conclui a promotora.

Congresso

O 9º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, promovido CNMP, tem como tema “Ministério Público e integridade: governança ética, persecução penal e direitos humanos”. O evento reúne mais de 500 membros e servidores da instituição nos dias 13 e 14 de setembro, no Instituto Serzedello, em Brasília/DF. A proposta do Congresso é trazer temas orientados à sociedade com o objetivo de gerar reflexões no âmbito do Ministério Público sobre a garantia da integridade pública em todas as relações sociais.

Foto: Sérgio Almeida (Ascom/CNMP).

Fonte: <http://www.cnmp.mp.br/portal/noticias-cddf/11559-formar-cidadaos-integros-e-participativos-e-o-caminho-gerar-para-instituicoes-publicas-responsaveis-e-eficientes-defende-promotora-em-congresso-do-mp>

Câmara aprova projeto que cria equipes conjuntas de investigação no Acordo do Mercosul

Medida contribuirá para o aprimoramento da cooperação jurídica entre os países do bloco no combate à criminalidade transnacional



Brasília, 5/9/2018 - O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo – PDC 787/17, relacionado ao Acordo do MERCOSUL para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação. O Projeto segue agora para deliberação do Senado.

O Ministério da Justiça, por meio da sua Assessoria Parlamentar e do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ), vem trabalhando junto ao Congresso Nacional, para acelerar os procedimentos legislativos que levarão à entrada em vigor do acordo no Brasil.

A atuação do DRCI nesse tema remonta a Ação 09/2017 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, no âmbito da qual o tema foi amplamente debatido entre as instituições brasileiras de investigação e persecução penal.

A ação da ENCCLA foi executada sob a coordenação do DRCI/SNJ, com auxílio do Ministério Público Federal e Polícia Federal.

A internalização do Acordo do MERCOSUL no Brasil será fundamental para propiciar a base jurídica necessária à realização de investigações conjuntas entre autoridades brasileiras e dos demais Estados-Membros do Mercosul e Associados, os quais também deverão adotar medidas de ratificação do instrumento. A medida contribuirá para o aprimoramento da cooperação jurídica entre os países ao combate à criminalidade transnacional. Após a aprovação pelo Senado, o acordo poderá entrar em vigor no Brasil colocando nosso país em posição adiantada sobre o tema.

Fonte: <http://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1536164774.15>

MP-GO integra campanha nacional Todos Contra a Corrupção



04/09/2018 - 18h16 – Institucional

O Ministério Público de Goiás, por meio do Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público, aderiu à campanha Todos Juntos Contra a Corrupção. A iniciativa é uma proposta da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov).

A campanha visa mobilizar a sociedade no combate à corrupção por meio de ações de conscientização e de projetos educacionais que contribuam para a formação de cidadãos mais conscientes, íntegros e engajados. A Enccla, que reúne mais de 70 órgãos e entidades no País, busca consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção, fomentando a integridade social e a educação para a cidadania.

No âmbito do MP goiano, a campanha será divulgada no site e nas redes sociais, no entanto, as peças publicitárias estão disponíveis no site da campanha (clique aqui) e são de domínio público. (Texto: Cristina Rosa /Assessoria de Comunicação Social do MP-GO)

<http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/mp-go-integra-campanha-nacional-todos-contra-a-corrupcao#.W8TkGhKiUk>

ENCCLA participa do encontro Nacional do CONACI

Evento debate a importância do controle interno no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

Brasília, 30/08/18- Com o objetivo de discutir a gestão das verbas públicas, cerca de 500 profissionais de controle interno, especialistas, gestores, servidores públicos e estudantes participam da 14ª edição do Encontro Nacional de Controle Interno, que acontece em Macapá (AP).

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) é um dos temas de destaque do evento, que abordará ainda questões de governança, transparência e acesso à informação. Cinco desafios do controle externo no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro foram apontados pela coordenadora-geral de articulação institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ), Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira: “Fortalecimento das instituições, aperfeiçoamento dos processos, capacitação e treinamento de pessoal, transparência das informações e articulação interinstitucional”.

Ao final da apresentação, o conselheiro do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e representante da instituição na Enccla, Paulo Amoras, destacou “tanto o Conaci quanto a Enccla exercem papel fundamental no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, promovendo a articulação e a difusão de boas práticas entre seus integrantes”.

O encontro é realizado pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e pelo Governo do Amapá.

Fonte: <http://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1535653822.74>

ENCCLA recebe propostas da sociedade civil

Organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas podem enviar, até 23 de setembro, propostas de Ações a serem desenvolvidas pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) em 2019



04 de Setembro de 2018.

O que é a ENCCLA?

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) é a principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto com uma diversidade de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem como do Ministério Público de diferentes esferas, e para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate àqueles crimes.

O trabalho é concretizado nas chamadas Ações, que são elaboradas e pactuadas anualmente pelos membros da ENCCLA. Para cada uma delas, cria-se um grupo de trabalho composto por vários órgãos e instituições, que se reunirão durante o ano para desenvolver um ou mais produtos definidos como resultado para a Ação.

Como a sociedade pode participar?

Organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas podem apresentar propostas, que, caso sejam selecionadas, se tornarão Ações a serem desenvolvidas pelos participantes da ENCCLA em 2019.

As propostas podem dizer respeito a um ou mais dos três eixos de atuação da ENCCLA, a saber:

Quem pode enviar propostas?

1 - Organizações da sociedade civil que, cumulativamente: a) não tenham fins lucrativos; b) estejam formalmente constituídas no Brasil há, pelo menos, três anos, certificados por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); c) tenham atuação específica no enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro.

2 - Institutos de pesquisa ou instituições acadêmicas com especialistas no tema, que, cumulativamente: a) estejam formalmente constituídas no Brasil há, pelo menos, três anos, certificados por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); b) constem do diretório de instituições ou de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); c) tenham linha de pesquisa sobre enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro.

A seleção de propostas terá as seguintes etapas

- 1) Apresentação da proposta (via internet);
- 2) Pré-seleção pela Secretaria Executiva da ENCCLA;
- 3) Explicação, pela entidade proponente, das ideias pré-selecionadas a Grupo Técnico, em reunião a ocorrer em data oportunamente comunicada (é indispensável expor a proposta em reunião, presencialmente ou por meio de videoconferência);
- 4) Seleção das propostas pelos Grupos Técnicos de Combate à Corrupção e de Combate à Lavagem de Dinheiro;
- 5) Discussão das propostas na XVI Reunião Plenária, a ser realizada em novembro deste ano, que aprova as Ações desenvolvidas na ENCCLA.

Para enviar propostas de Ações a serem desenvolvidas em 2019, clique aqui.

Eventuais dúvidas podem ser enviadas ao correio eletrônico enccla@mj.gov.br

Fonte: <http://enccla.camara.leg.br/noticias/plano-nacional-de-combate-a-corrupcao-acao-01-2018-1>

TCU é pioneiro em transparência de notas fiscais

O público terá acesso aberto ao novo sistema, no qual é possível filtrar as informações, classificá-las em ordem crescente ou decrescente e visualizar os itens de cada nota fiscal eletrônica emitida para o Tribunal de Contas da União a partir de maio de 2018



Créditos: Secom/TCU

30/08/18 21:17

Estão disponíveis na área de transparência do Portal TCU todas as notas fiscais eletrônicas emitidas para o Tribunal de Contas da União, a partir de maio de 2018, para as unidades de Brasília e de todos os Estados, inclusive os dispêndios de pequeno vulto que não requeiram contrato.

Essa é uma iniciativa pioneira na administração pública federal, desenvolvida pela Secretaria-Geral de Administração do Tribunal. O público terá acesso aberto ao novo sistema, no qual é possível filtrar as informações, classificá-las em ordem crescente ou decrescente e visualizar os itens de cada nota.

Aliado ao aprimoramento da transparência, a solução permitirá a racionalização de procedimentos. A partir de agora, os arquivos das notas fiscais eletrônicas emitidos por fornecedores do TCU estão organizados dentro de um único repositório eletrônico no âmbito do Tribunal, o que torna viável qualquer recuperação maciça dos dados.

A ideia para a implementação surgiu com proposta do TCU para a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA): uma ação com o objetivo de criar instrumentos para dar publicidade às notas fiscais emitidas para órgãos e entidades de todos os poderes na Administração, em todos os entes da federação. A ação contribui diretamente para a mudança de paradigma na transparência dos gastos públicos, além de consolidar o TCU como indutor de boas práticas na gestão pública.

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-e-pioneiro-em-transparencia-de-notas-fiscais.htm>

The logo for ENCCLA is displayed in a large, white, stylized font against a teal background. The 'E' is particularly large and has a unique, rounded shape. The letters 'N', 'C', 'C', 'L', and 'A' are in a clean, sans-serif font.

Este Boletim é elaborado e divulgado pela Secretaria Executiva da ENCCLA
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional
Secretaria Nacional de Justiça – Ministério da Justiça
Contato: comunica.enccla@mj.gov.br ou 61 2025-8900